

*Aprouva de  
com 3 votos  
1 voto  
1 BE 1 CDS*

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA AJUDA,  
REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E  
DOIS -----

*1  
abstém-se  
PEP por  
ter estado  
ausente  
abstém-se  
PEP por  
ter estado  
ausente*

----- **ATA NÚMERO SEIS** -----  
----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois reuniu na sua Sede,  
sita na Calçada da Ajuda número duzentos e trinta e seis, a Assembleia de Freguesia da  
Ajuda, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Sandra Paula Ferreira da Silva  
Alves, coadjuvada por Olga Catarina Peixoto Cruz, Primeira Secretária em exercício, e  
por Pedro Jorge da Costa Isidoro, Segundo Secretário. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- A. Intervenções do público -----

----- B. Antes da Ordem do Dia -----

----- C. Ordem do Dia -----

----- I. – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia -----

----- II – Apresentação, discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2023 -----

----- III - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2023 -----

----- IV - Autorização de celebração de contrato interadministrativo de delegação de  
competências com o Município de Lisboa no âmbito de atividades de animação e apoio  
à família (AAAF) e componente de apoio à família (CAF) para os anos letivo de 2022-  
23 e 2023-24 — Proposta JF n.º 356/2022 -----

----- V - Autorização de celebração de protocolos com as entidades: -----

----- 1. De colaboração com a Associação de Atividades Sociais do Bairro 2 de Maio —  
Proposta JF n.2 358/2022; -----

----- 2. De colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da  
Ajuda - Cruz Verde; -----

----- 3. De apoio financeiro com a Associação Animais de Rua - Esterilização e proteção  
de animais em risco; -----

----- 4. De colaboração com a ANIMALIFE - Associação de Sensibilização e Apoio  
Social e Ambiental; -----

----- 5. De colaboração com a ANIMAR - Associação Portuguesa para o  
Desenvolvimento Local; -----

----- 6. De colaboração com a Academia Recreativa da Ajuda; -----

----- 7. De colaboração com a Associação Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda;

----- 8. De cooperação com o Instituto Superior de Agronomia; -----

----- 9. De assistência veterinária com a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal;-----

----- 10. De colaboração com o Clube Atlético e Recreativo do Caramão. -----

----- VI. Autorização de celebração de contratos-programa de desenvolvimento  
desportivo com as entidades: -----

----- 1. Clube Desportivo Império do Cruzeiro; -----

----- 2. Associação Footevolution; -----

----- 3. Boa-Hora Futebol Clube -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes  
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Ruben Maciel Correia Ribeiro Eiras, Maria João  
Pereira Antunes Coelho Jorge, Carla Susana Gomes Martins Correia, Carlos José Reis  
Fonseca e Nuno Reis.-----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU):** – Sandra Isabel Pinheiro Moreira de  
Almeida e Elsa Margarida Manteigas Pedro. -----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** Ana Filipa Rodrigues Nunes Trem. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** Luis Paulo Carvalho Baía de Almeida. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** Nuno Miguel Guerreiro Nunes Veludo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Victor Manuel Cardoso Formiga, que justificou a sua ausência e foi substituído por Olga Cruz. -----

----- Paulo Fernando Almeida Pereira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Carlos Fonseca. -----

----- João Luis Oliveira Cruz, que justificou a sua ausência e foi substituído por Nuno Reis. -----

----- Hugo Lourenço dos Anjos Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por Elsa Pedro. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que havia pedido para fazer algumas alterações na convocatória. Por lapso não foi incluído na ordem do dia o primeiro ponto, aprovação da ata da Assembleia de Freguesia e que o ponto V passasse a ser “Autorização para transferência da verba da CML”, sendo que os atuais pontos V e VI passariam a pontos VI e VII. -----

----- Todos receberam os protocolos e tiveram oportunidade de os ler. Se concordassem, em vez de estar a votar protocolo a protocolo votariam em bloco, tendo o Senhor Presidente do Executivo oportunidade de explicar os protocolos e os Senhores Eleitos de questionar o que entendessem. -----

----- Relativamente a respostas às moções, a de 30 de setembro da CDU em saudação à comunidade educativa não obteve resposta. Era um voto de saudação. -----

----- Relativamente à moção da Caixa Geral de Depósitos, também apresentada pela CDU, houve uma resposta do gabinete do Primeiro-Ministro que já tinha partilhado e do Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos, da Comissão de Trabalhadores da CGTP, também partilhado. -----

----- Em relação às obras da Santa Casa, o Senhor Presidente já tinha partilhado que foi feito o reforço. -----

----- Relativamente à reabertura da... a recomendação ao Executivo para forçar a reabertura, não se obtiveram as respostas. -----

----- O voto de saudação pelo aniversário do Professor Adriano Moreira teve resposta do próprio a agradecer. -----

----- Do voto de pesar do Senhor Vasco Antunes obteve-se a resposta da filha telefonicamente, do Partido Socialista e ainda do Chinquilha Cruzeirense a agradecer. --

----- Leu as respostas do Governo, do Partido Socialista e da CGTP relativamente aos vários documentos. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Freguês Paulo Ramos** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos. -----

----- *Antes de mais, há uma situação no escoamento da Rua 5, que está completamente entupido e há caixas elétricas partidas. -----*

----- *Quanto às Chaminés d’el Rei, foi entregue a quem? Pelo que eu sei foi entregue exatamente à mesma instituição que abandonou durante dez anos aquelas instalações. Eu sei que já houve IPSSs que foram recusadas por esta Junta, por não ter equipamento ou local para se abrigar, IPSSs que dariam com certeza muito auxílio aos fregueses e não só porque estavam preparadas inclusivé a nível de enfermagem e se calhar outros equipamentos que tanto fazem falta à Freguesia. -----*

----- *A outra situação é o terreno que está em frente. O que é que vai ser feito? Foi falado muita coisa e não há nada. Sei que impera o silêncio da Câmara Municipal de Lisboa. O que é que eles estão a esconder para aquele local? -----*

----- *Apropriação do espaço público, eu gostaria de saber, já tenho trazido várias vezes esta situação aqui, na Rua das Açucenas há largas centenas de metros quadrados ocupados indevidamente por quintais que já estão vedados. Qualquer dia vão usar o usocapião, “somos nós que tratámos, estava abandonado”, vai por aí e mais uma vez é esbulhado o espaço público.-----*

----- *Outra situação que continua a acontecer e está a acontecer porque já há novas vedações, os carreiros do Caramão da Ajuda. Há novos habitantes que foram para lá e decidiram que os carreiros pertenciam ao quintal, que é uma extensão do quintal e estão a vedá-los. Não sei o que é que a Câmara Municipal de Lisboa está à espera que haja, uma tragédia, qualquer situação que as pessoas fiquem lá presas e não consigam sair. O que é que se passa com esta situação que ninguém quer tratar?” -----*

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha tomado nota sobre o escoamento da Rua 5. Veriam se estava ao alcance da Junta a resolução ou sinalizariam às entidades competentes, nesse caso a Câmara Municipal, mas agradecia a disponibilidade. Foram muitos os ajudenses que ajudaram a identificar cantos da Freguesia que desconheciam, pela parte da Junta faziam a verificação possível mas agradecia sempre que alguém dizia, de viva voz ou através das redes sociais. -----

----- *Sobre as Chaminés d’el Rei, era um processo complexo. O terreno em causa onde estava o edifício das Chaminés d’el Rei na Rua Nossa Senhora da Ajuda e Rua Chaminés d’el Rei era ocupado por uma entidade, o CAOJ, de apoio no combate às dependências, que não usava o imóvel ou não usou durante muito tempo. Já estavam na Junta há algum tempo quando perceberam que não era usado, identificou-se isso ao anterior Executivo da Câmara e a informação que se foi recebendo era que estava nos trâmites para pedir de volta o equipamento, visto que não estava a ser usado. -----*

----- *O anterior diretor do património confirmou oralmente que já tinha sido feito ou estava a breve trecho, entretanto entrou um novo Executivo. -----*

----- *Perguntou-se se havia a possibilidade de instalar alguma instituição que quisesse fazer trabalho cívico e social na Freguesia e ao fim de falta de respostas também o Senhor Vereador Diogo Moura lhe disse oralmente que a informação que tinha recolhido dentro da Câmara, visto não ser uma área da sua competência mas ainda assim respondeu, era que estava entregue ao CAOJ. -----*

----- *Não foi revertido ou foi reentregue, mas o que se via era que a entidade continuava a não usar o imóvel. Era um imóvel muito interessante, classificado, histórico, o próprio terreno também era muito interessante. -----*

----- *A dada altura havia a informação que era um terreno entregue ao programa “Renda Acessível” e ficaram estupefactos porque com tantas árvores não parecia que se pudesse lá construir muito, embora na esquina da Rua Pedro Teixeira com a Rua Nossa Senhora da Ajuda houvesse o edifício devoluto e emparedado, esse sim teria alguma rentabilidade e uso. Parecia que podia ter outros usos mais adequados para bem da cidade e da Freguesia, mas era tão só o que sabiam e voltariam a insistir. -----*

----- *Primeiro seria perceber a cargo de quem estava o imóvel e se era possível uma entidade que não precisava e não usava poder ficar a usufruir de um património que podia ser útil à Freguesia. -----*

----- *A Rua das Açucenas também era uma questão que já tinha sido colocada. Fizeram-se essas perguntas e nunca foram respondidas e depois de várias vezes não responderem talvez a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, enquanto entidade fiscalizadora da Câmara, pelo menos para que respondessem às perguntas que lhes faziam. Era um*

direito que os cidadãos tinham e diria que por maioria de razão uma Assembleia de Freguesia também teria, a uma resposta. Com certeza haveria uma boa razão para isso, mas desconheciam e era difícil perceber a essa distância que ela existisse. -----

----- Sobre os carreiros do Caramão, era um problema de uma complexidade grande. Era um sistema de ocupação do bairro não muito comum, não conhecia muitos bairros que tivessem aqueles arruamentos interiores. Ao longo dos tempos um outro foi ocupando, depois de pôr um primeiro portão era difícil a partir daí haver algum controle, não era um processo fácil de reverter. Tentavam limpar tudo o que estava acessível e mais que isso não via exatamente como se poderia fazer. -----

----- Tinha até dúvidas da utilidade daqueles corredores, porque poderiam ser um sítio de infraestruturas mas sabia que quando elas foram colocadas não tiveram utilização. Poderia ser um sítio de fuga, de emergência, mas era tão apertado que só daria para peões ou pessoas individualmente poderem usar. -----

----- Era um problema que partilhariam com o departamento de urbanismo da Câmara e em conjunto tentariam resolver com as pessoas que lá estavam, umas que ocuparam e outras que não ocuparam, umas que só tinham o portão para se proteger e que percebia mas tinha que se encontrar uma solução comum para todos e que fosse útil. Aqueles corredores também podiam ser uma situação de alguma fragilidade e de algum receio das pessoas que ali viviam porque se podia entrar pelos muros traseiros. -----

----- Não tinha uma solução para o problema mas reconhecia-o. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Moção** -----

“----- *Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal*-----

----- *Considerando que:*-----

----- *A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou a visita.*-----

----- *Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e deve a sua génese à reorganização administrativa da cidade de Lisboa levada a cabo em 2012 e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento da maioria do PS na CML e AML com o PSD, e à qual o PCP sempre se opôs.*-----

----- *A CML foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Dos cerca de 1800 trabalhadores transferidos em 2014 para as juntas de freguesia, no campo particular das competências delegadas na área de atividade da limpeza e higiene urbana para 23 freguesias (à exceção do Parque das Nações), saíram 812 trabalhadores nas categorias de cantoneiro e encarregados operacionais. Mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022, a CML continua com um défice de 331 trabalhadores nesta área de atividade.*-----

----- *Na profissão de cantoneiro o défice será aproximadamente de 271 trabalhadores. A esta transferência, não se seguiu uma política de contratação de pessoal que assegurasse adequadamente as exigências diárias dos serviços de limpeza e higiene urbana da câmara municipal, nomeadamente no campo da remoção de resíduos sólidos e das respetivas equipas de apoio. Deu-se a rutura na capacidade dos serviços de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que funcionavam em boa medida assentes no trabalho de funcionários que realizavam também a varredura e a lavagem das ruas. Desde então, perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada,*-----

2

representando um profundo retrocesso na resposta aos interesses da população e dos trabalhadores. -----

----- As consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, resultado de um investimento claramente insuficiente em termos da frota da higiene urbana, deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores. -----

----- Constatase igualmente uma desvalorização pelas condições de trabalho nas várias instalações municipais, que não respeitam em muitos casos as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança. A ausência de manutenção do edificado e dos vários espaços de utilização diária - balneários, vestiários, zona de toma de refeições, sanitários, etc. - demonstra igualmente o esquecimento a que foi votado o serviço de limpeza e higiene urbana, naturalmente prejudicando os respetivos trabalhadores. -----

----- O desinvestimento neste serviço nas múltiplas dimensões referidas, é acompanhado de um aumento da sobrecarga horária e penosidade exigidas dos trabalhadores, em total desconsideração pelas normas em vigor no campo da saúde e segurança no trabalho. Esta contradição reflete-se no risco de serem alvo de acidentes de trabalho, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, facto facilmente comprovável pelos relatórios do departamento de saúde, higiene e segurança da autarquia. O que o serviço municipal de remoção de resíduos sólidos carece urgentemente, é de mais trabalhadores em todas as categorias, mais viaturas adequadas às especificidades da cidade; mais trabalhadores nas oficinas que reparam e mantêm a frota municipal operacional; mais formação profissional; mais investimento na melhoria das condições de trabalho; mais sensibilidade na definição e redefinição dos circuitos de remoção. -----

----- O Executivo Camarário ignora os problemas causados pelo subfinanciamento crónico, escudando-se na ideia de proximidade aos cidadãos bem como nas possíveis poupanças na gestão dos serviços, mas cujas verdadeiras intenções são a privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precariedade dos vínculos laborais, que em si, comprometem a execução de um serviço público de qualidade. -----

----- Não se pode aceitar que a resolução dos problemas hoje existentes com a recolha de lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores da higiene urbana nas Juntas de Freguesia, ou por empresas privadas onde também se verifica a precarização dos vínculos dos trabalhadores deste sector, soluções almejadas por PS, PSD, e CDS, que optam assim por medidas avulsas como se a resolução deste problema fosse possível com medidas paliativas ou tivesse que ser feita pondo em causa os direitos dos trabalhadores, e que introduziriam maior imprevisibilidade na prestação do serviço. Urge revogar o modelo de gestão preconizado pela Reforma Administrativa, que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. Esta revogação deverá ser o ponto de partida para a contratação, pela CML, de mais trabalhadores e que esta área seja considerada estruturante para que a CML reassuma as suas responsabilidades voltando a prestar um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores. -----

----- Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em 14 de dezembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Reassuma todas as valências da higiene e limpeza urbana, assegurando a sua gestão integrada na cidade de Lisboa, com todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores; -----

----- 2. *Proceda à contratação de mais trabalhadores e à aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efetiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores.* ----- ”

----- **Membro Ruben Eiras** disse que concordavam com a identificação do problema, era factual que se vivia uma situação caótica ao nível da recolha de lixo e limpeza das ruas e que punha em causa a qualidade de vida e do ambiente urbano em Lisboa. -----

----- Contudo, essa situação não radicava naquilo que foi o argumentário utilizado da reorganização administrativa da cidade operada pelos anteriores Executivos. Pelo contrário, se não fosse essa reorganização, centrada naquilo que era a descentralização de competências dos serviços, que levava a que esses serviços estivessem muito mais próximos dos cidadãos, muito provavelmente a situação estaria muito pior. -----

----- O problema era que a recolha de resíduos era uma função centralizada na Câmara e era essa que estava a falhar, não eram as competências que foram descentralizadas para as Juntas de Freguesia. Portanto, o seu a seu dono. -----

----- Por outro lado, a afirmação de desvalorização das condições de trabalho nas várias instalações. Estava a ser concluído o novo posto de limpeza, em que teriam as devidas condições de trabalho. -----

----- Quando se afirmava que havia um desinvestimento nesse serviço, era visível naquilo que era a ação diária que a equipa existente na Junta de Freguesia da Ajuda era efetivamente maior, mais competente e muito melhor equipada para prestar um bom serviço à população, mais uma vez nas competências que foram descentralizadas para a Junta. -----

----- Havia um risco nesse argumentário, porque era também um bom argumento para que o Executivo da Câmara se demitisse daquilo que tinha que fazer e, pelo contrário, retirasse o financiamento existente e as condições operacionais para que as Juntas conseguissem executar as funções de higiene urbana. -----

----- Era a recolha de resíduos centralizada na Câmara que tinha de melhorar e sobretudo cumprir com as obrigações de financiamento protocoladas na descentralização de competências. -----

----- Votariam contra a moção. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que a moção cobria diversos pontos e ao mesmo tempo fazia uma mistura de conceitos e de ideologia, também no seguimento daquilo que tinha sido o papel do João Ferreira junto da Câmara Municipal de Lisboa no combate do PCP à reforma administrativa feita em 2012. -----

----- Lembrava que os problemas na recolha do lixo e limpeza de Lisboa a partir do Executivo passado eram uma coisa identificada e que infelizmente não tinha uma resposta rápida. O próprio Executivo da Câmara Municipal de Lisboa anunciou cerca de dois meses atrás que ia reforçar o quadro dos cantoneiros e motoristas em cerca de 220 pessoas e portanto algo estava a ser feito. -----

----- Houve uma base para a reforma administrativa ser feita, que o PS fez e o PSD concordou com isso e que foi exatamente aproximar os serviços das pessoas. Não era perfeito mas era o caminho a seguir. -----

----- Não se entendia muito bem a mistura dos vínculos laborais e a própria reforma administrativa porque eram duas coisas completamente diferentes. Uma coisa era a essência da própria reforma administrativa, a aproximação dos serviços às pessoas, outra coisa eram os vínculos laborais e isso era uma dimensão completamente diferente. -----

----- O PSD iria obviamente votar contra. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene**

8

urbana inteiramente municipal”, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria.** -----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- *100 Anos de José Saramago* -----

----- *Assinalaram-se no passado dia 16 de novembro 100 anos sobre o nascimento de José Saramago.* -----

----- *Nascido a 16 de novembro de 1922, José Saramago é uma figura ímpar na cultura portuguesa. Escritor tardio com obra de dimensão universal, jornalista empenhado, tradutor, ator interventivo na cena cultural portuguesa, comunista convicto, o único Nobel da Literatura português marcou de forma indelével o nosso século XX.* -----

----- *Veio de longe, criança, e viveu em ruas antigas de Lisboa, na pobreza e na resistência diária. Estudou e, numa casa sem livros, foi à procura desse desencadear de saberes e de consciência, de capacidades conquistadas a par e passo, na biblioteca Galveias, nos livros que encontrava ou lhe davam, depois na escola Afonso Domingos e nessa escola de profissões, a Damião de Góis, onde ainda ensinavam filosofia e outras matérias humanizantes e impulsionadoras.* -----

----- *Saramago, dono de uma escrita e de uma obra onde está presente o seu penetrante olhar sensível e profundamente humano sobre a vida dos homens e sobre os «males do mundo», mas também a ação e intervenção política concreta de um homem que tomou partido na luta pela liberdade, pela democracia, contra as desigualdades sociais, por um mundo melhor e diferente.* -----

----- *Saramago foi um escritor que veio do povo trabalhador, a quem amou e foi fiel. Um homem comprometido com os explorados, injustiçados e humilhados da terra, que assumiu valores éticos e um ideal político do qual não abdicou até ao fim da sua vida.* -

----- *Para além do apoio e incentivos a jovens escritores, José Saramago dava especial atenção a iniciativas culturais, nomeadamente em coletividades e outras associações, incentivando a criação de bibliotecas populares, como aconteceu, por exemplo, na Academia Verdi, em Lisboa.* -----

----- *O legado de José Saramago constitui um precioso manancial de ensinamentos para os dias de hoje que continua norteado pelos seus valores de liberdade, democracia, emancipação social, desenvolvimento e pelo porvir de uma sociedade nova de justiça e progresso social, por um mundo melhor.* -----

----- *A par de urna intensa atividade de criação literária, Saramago travou importantes combates políticos e eleitorais, tendo sido eleito Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, pela Coligação «Por Lisboa».* -----

----- *Pelo percurso de vida e pelo legado artístico que José Saramago nos deixa, os eleitos do PCP propõem que Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em 14 de dezembro de 2022, delibere:* -----

----- *1. Saudar o centenário do nascimento de José Saramago, enquanto nome maior da literatura portuguesa.* -----

----- *2. Enviar este voto à Direção da Fundação José Saramago* ----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “100 Anos de José Saramago”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Pesar**-----

“----- *Prof. Adriano José Alves Moreira* -----

----- *Adriano José Alves Moreira, casado com Mónica Mayer e pai de seis filhos e filhas, morreu em Lisboa a 23 de outubro, aos 100 anos de idade.* -----

fr

----- Nascido a 6 de setembro de 1922, em Grijó de Vale Benfeito, Concelho de Macedo de Cavaleiros, mudou-se com a família para a cidade de Lisboa quando era ainda criança, tendo estudado no Colégio de Santo António, no Liceu Passos Manuel e no Liceu do Carmo.-----

----- Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa e doutorado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, foi na cidade de Lisboa que desenvolveu uma intensa atividade pública como Académico e Político.-----

----- Distinto Professor Catedrático, Adriano Moreira foi autor de uma obra notável nos domínios do direito, da ciência política, das relações internacionais e da estratégia militar, tendo inaugurado e desenvolvido uma relevante reflexão sobre o Portugal contemporâneo e o seu lugar no mundo.-----

----- Inovador na ciência e na pedagogia, teve um papel decisivo na introdução em Portugal da ciência política como disciplina académica autónoma, contribuindo para a qualificação de várias gerações de alunos e investigadores.-----

----- Abraçou a democracia-cristã, foi Presidente do CDS, Deputado à Assembleia da República, Vice-Presidente da Assembleia da República e Conselheiro de Estado.-----

----- Com uma vida dedicada à causa pública, Adriano Moreira colaborou com diversas associações e instituições da sociedade civil.-----

----- Foi Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, tendo sido ainda Fundador de outras instituições marcantes da ciência e cultura da sociedade lisboeta, como a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, o Instituto Dom João de Castro e o Instituto Português da Conjuntura Estratégica.-----

----- Adriano Moreira foi agraciado com inúmeras distinções científicas e culturais em Portugal e com as mais eminentes condecorações de Estado atribuídas pela República Portuguesa.-----

----- Foi igualmente reconhecido com distinções académicas de várias universidades internacionais e condecorações honoríficas do Brasil, de Espanha, da Grã-Bretanha, de Marrocos e do Vaticano.-----

----- Recentemente, o Município de Lisboa associou-se à homenagem que assinalou o centenário da vida de Adriano Moreira, atribuindo-lhe nessa ocasião a Medalha de Honra da Cidade.-----

----- Transmontano e lisboeta, personalidade de dimensão nacional e internacional, amigo da União Europeia e da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, a vida e obra de Adriano Moreira é um testemunho de universalidade — universalidade do homem, da cidade de Lisboa e de Portugal.-----

----- Assim, apresentando as mais sentidas condolências a toda a Família.-----

----- Neste sentido, a eleita do CDS-PP recomenda que a Assembleia de Freguesia da Ajuda, reunida em sessão ordinária de 14 de dezembro de 2022, delibere:-----

----- Enviar o presente voto de pesar à sua respetiva família.-----

----- Enviar o presente voto ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.-----

----- Lisboa, 14 de dezembro 2022 -----

----- A eleita do CDS-PP na Assembleia de Freguesia da Ajuda, Ana Filipa Trem ----- ”

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Voto de Pesar “Prof. Adriano José Moreira”, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado aprovar por maioria.-----

----- Membro Ruben Eiras (PS) apresentou o seguinte documento:-----

----- **Recomendação** -----

8

“----- Em consequência da recorrente falta de recolha diária de contentores e eco-ilhas. Uma competência legal e exclusiva da Câmara Municipal de Lisboa pela lei n.º 56/2012 de 8 de novembro em articulado com a lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Podemos constatar que existe uma degradação acentuada da qualidade do serviço de recolha de resíduos. -----

----- Sabendo também que a instalação de eco-ilhas enterradas veio reforçar a qualidade da recolha de resíduos, mas que o plano de expansão das eco-ilhas enterradas se encontra aparentemente suspenso. -----

----- Verificando-se que com esta suspensão a Zona Norte da Freguesia nomeadamente Bairro do Caramão, Bairro do Alto da Ajuda, Bairro 2 de Maio e Bairro Casalinho da Ajuda, territórios com legítimas expectativas de serem servidos com este tipo de equipamentos ficarão excluídos deste serviço caso esta suspensão se concretize. -----

----- Os eleitos do Partido Socialista reunidos na Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2022 recomendam ao Executivo da Freguesia da Ajuda: -----

----- 1) O reforço da exigência à CML da regular recolha dos contentores e eco-ilhas; -

----- 2) Solicitar informação à CML sobre as datas de execução das novas eco-ilhas a instalar na Ajuda. -----

----- Pelos eleitos no Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Ajuda: Maria João Jorge. -----”

----- Disse que essa recomendação centravam-se naquilo que era a melhoria efetiva da recolha urbana de resíduos, que de momento não era feita pela CML, havendo um estrangulamento do sistema. Era aí que as coisas não funcionavam. -----

----- Havia uma situação de pós-pandemia, com um aumento da produção de resíduos e o sistema da Câmara não estava a conseguir adaptar. -----

----- Outra ideia central da recomendação era que havia uma continuidade e um aprofundamento no programa de expansão das eco-ilhas, sobretudo numa Freguesia com a configuração da Ajuda. Era a medida melhor estruturalmente perante o que era a higiene urbana. -----

----- De momento a Câmara Municipal não comunicava o que queria fazer, se ia ou não continuar o programa. O silêncio imperava e o que se interpretava desse silêncio era que poderia ser a verdadeira intenção que a zona norte da Ajuda e os bairros municipais não viessem a beneficiar desse investimento, a vida pública e a saúde pública estar prejudicada. -----

----- Daí a recomendação para aumentar a pressão junto da Câmara para esse problema não ser abandonado e ser pelo contrário expandido. -----

----- **Membro Elsa Pedro (CDU)** disse que iriam votar a favor mas queria fazer uma breve nota sobre isso. -----

----- O problema da higiene urbana não respeitava só à remoção do lixo e instalação de novas eco-ilhas, passava pela varredura, lavagem das ruas, limpeza de papeleiras, deservagens, sarjetas, apoio e resposta em situação de catástrofe. -----

----- Era importante ter um serviço de higiene urbana centralizado, de modo a poder ser feita uma melhor gestão dos meios humanos e técnicos. Só assim era possível voltar a ter uma gestão do Município e não peça a peça como estava a acontecer de momento. --

----- Votavam a favor das eco-ilhas, era um meio para ajudar às questões que tinham a ver com lixo mas não se podiam focalizar só nisso, tinham que ver a questão integrada.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Recomendação “Em consequência da recorrente falta de recolha diária de contentores e eco-ilhas...”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 - Votação da ata da 5ª sessão da Assembleia de Freguesia** -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata da 5ª sessão da Assembleia de Freguesia, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia** -----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que como habitualmente iria cingir-se apenas àquilo que era novo e diferente do que tivessem feito em datas anteriores. -----

----- Na área de apoio ao comércio deu-se bastante atenção nesse trimestre, como acontecia em tempos anteriores e através do reforço do cartão “A Minha Ajuda”, na adesão de mais comerciantes e de novos utentes aderentes. Conseguiu-se conversar com o Jardim Botânico e mais tarde estaria para votação um protocolo com o Jardim Botânico que se fosse aprovado garantiria o acesso de forma gratuita ao Jardim Botânico por parte da população da Ajuda que tivesse esse cartão. -----

----- Era uma ambição grande da Freguesia, mas seria também uma maneira de reforçar esse cartão, uma ligação ao comércio local tão importante. -----

----- Tinha-se feito um esforço grande para desenvolver novas atividades e diferentes no Mercado da Ajuda, por forma a atrair mais população. Todos sabiam as dificuldades que os mercados tradicionais tinham na Cidade de Lisboa. -----

----- Havia dois modelos, um mercado como o da Ajuda ainda era ou a turistificação dos mercados. Não tinha nada contra desde que se mantivesse como mercado, mas o que gostavam era de ter um mercado onde a população se encontrasse com e sem turistas, com mais atividades, com serviços, atividades que levassem pessoas que normalmente não iam ao mercado. Com certeza que mais atividade no mercado conduziria a mais atividade em todos os negócios que estavam à volta desse mesmo mercado. -----

----- Com essa ideia de diversificar abriu-se uma loja que era um espaço de bricolage para quem não conseguia fazer em casa, chamou-se a Loja dos 3R, um espaço para quem vivia em apartamentos e não tinha condições de fazer as pequenas tarefas. Ali havia um espaço onde em segurança podia fazer os seus trabalhos. -----

----- Fez-se uma intervenção também no mercado com a melhoria da iluminação, passando a led. Eram ações centradas no mercado mas no sentido de desenvolver o comércio local, que tão importante era para a atividade da comunidade. -----

----- A área cultural foi uma das áreas fortemente investida em esforço e carinho por parte da equipa e dos funcionários, com o reforço e acima de tudo a diversificação de atividades. Havia um que lhe dava especial gozo, não era um esforço muito grande mas era uma diferenciação da Freguesia, que foi o projeto “Ensaios Abertos”. As várias atividades já existentes na Freguesia. -----

----- O cante alentejano, o fado, o teatro, o órgão na Igreja da Boa Hora, abrir ensaios abertos a quem quisesse visitar e nesse sentido passavam a ter uma Freguesia em que sem grande esforço podia entrar e assistir a uma aula de fado ou de canto. Todos os dias o organista da Igreja da Boa Hora com hora marcada para o seu ensaio temático. Com isso passariam a ter uma atividade cultural mais aberta, mais partilhada, para a Freguesia e para quem visitava. -----

----- O teatro teve dois projetos interessantes, um na Oficina das Artes e outro no Clube Império Cruzeirense, uma casa que durante muitos anos teve teatro e fez teatro e voltou novamente a ter uma companhia lá instalada, primeiro a ensaiar e depois com espetáculos, esperando-se que pudesse continuar por mais tempo. -----

----- No multiusos, com todas as suas dificuldades de funcionamento, ainda assim no espaço disponível desenvolveu-se um café concerto dirigido acima de tudo aos mais

novos. Era uma pecha da Freguesia, a resposta aos mais novos que queriam sair e estar uns com os outros, ali foi um momento experimental mas que esperava que pudesse continuar e correu muito bem. -----

----- A arte urbana tinha sido um investimento grande na interação da população com essa forma de arte. Nesse trimestre houve mais duas intervenções, um na Rua Dom Vasco ligado ao Ocean Project e outro no sítio do Casalinho, desenvolvido pela Associação Jovens do Casalinho, a quem muito agradeciam por haver mais um elemento de arte urbana na Freguesia. -----

----- Fez-se um trabalho com a Associação Amigos do Bairro 2 de Maio, acima de tudo com os jovens dessa associação, que mapearam todas as intervenções de arte urbana. Fez-se um roteiro e estava-se a preparar para ficar disponível no site e brevemente iria fazer uma iniciativa para, acima de tudo, dar a conhecer que havia um roteiro já muito interessante com artistas internacionais, alguns deles fortemente galardoados e premiados. Estava disponível a todos e era essa a vantagem da arte urbana. -----

----- Iniciou-se um programa que era “Conversas na Ajuda”, que teve já alguns momentos e outros programados para o próximo ano na Oficina das Artes, que era acima de tudo um espaço onde se podia partilhar conversa entre oradores que sabiam muito do assunto, que iriam ouvir e depois entrariam em conversa, ou um conjunto de interlocutores com visões diferentes sobre um projeto que poderia ser discutido. -----

----- Era importante para a Freguesia ter um espaço de partilha, de aprendizagem, de discussão sobre os temas, uns mais teóricos e outros mais práticos, mas um sítio onde se pudesse desenvolver essas conversas. Foi o arranque e esperava que pudesse continuar. -----

----- Com esse trimestre concluíam-se uma tarefa árdua e que eram os CDCs de mandato. Estavam a falar de um investimento de 1.350.000 euros que ia do outro mandato e que se conseguiu executar e dizia isso com bastante orgulho. Era uma máquina que não estava preparada para executar e conseguiu-se executar. Estava-se a fazer a entrega da parte final dos documentos e o acerto final dessas contas, como se poderia ver no Orçamento, mas com isso fez-se o que se comprometeram com o anterior Executivo, com o espaço estendido com o novo Executivo, acima de tudo com a Câmara de Lisboa. Tinham orgulho de ser uma das Juntas que conseguiu executar quase a 100%. -----

----- Tudo o que não se conseguiu fazer era o projeto que estava à frente da Academia da Ajuda, demorou-se anos a ver com a Câmara a sua aprovação, que foi aprovado. Para poder caber lá alguns carros e que aquilo fizesse sentido como estacionamento era necessário que o autocarro passasse apenas a subir mas que descesse pela Alameda dos Pinheiros e voltasse para a Rua Bica do Marquês. -----

----- Isso resolvia um problema que todos conheciam, as pessoas tinham que escolher entre qual dos abrigos estavam e acabavam por estar na esquina, à chuva e ao sol, à espera do autocarro. Assim passava apenas a ter um abrigo que respondia a esse problema, já para não falar que se ganhava o resto da Rua Dom Vasco, que ainda podia ter uma linha de estacionamento até lá acima. -----

----- Era um pacote grande, dezassete processos em diferentes sítios da Freguesia. Sabia-se que esse era difícil e deixou-se para o fim. Era o pior abrigo do mundo, por onde entrava uma passadeira com oito ou dez metros, quando se pediu para mudar o abrigo a Carris disse que não concordava com o projeto. Ficaram muito surpreendidos e decidiram parar, não era possível ir fazer um projeto que a Carris depois não mudava o abrigo, falou-se com a Câmara, estavam desde abril a tentar falar com a Câmara, a meio disso mudou a diretora municipal. -----

----- Fez-se tudo e a última vez, cerca de um mês atrás, houve um acordo com a nova diretora municipal. A Câmara dizia que não iria funcionar esse circuito porque a Carris dizia gastar mais gasóleo e minutos a dar essa volta. Para a Junta isso não era



argumento, gastava mais gásóleo mas servia mais paragens e pessoas e acima de tudo servia melhor. Como a tutela da Carris era da Câmara, seria uma questão de perceber quem mandava, se era a Carris ou a Câmara. -----

----- Fez-se uma proposta que seria fácil de resolver e que era testar a passagem do autocarro sem fazer obra, se funcionasse avançavam com a obra e se não funcionasse também não queriam um sistema que não funcionava. Demorou-se meses até conseguir fazer essa proposta e, feita a proposta, levavam um mês à espera que tomassem essa decisão de fazer o teste, diria que um mês em testes para perceber se funcionava ou não.

----- De todas as obras, essa era a única que não se conseguiu encerrar. Podiam decidir que não faziam mas queriam fazer, isso já deu tanto trabalho que não queria deixar de fazer, ou fazer à revelia daquilo que era o entendimento da Câmara e da Carris. Outra hipótese, que foi o que a Câmara propôs, era que atualmente dava uns quarenta lugares de estacionamento e a proposta da Câmara eras que o autocarro continuasse a subir e a descer, passando a dar uns catorze lugares de estacionamento, um lado ficava todo aberto como estava, os autocarros continuavam a não se conseguir cruzar na zona mais apertada em frente à Academia. A essa a Junta respondeu que devolviam o dinheiro, eles fariam como achassem melhor se não se conseguisse impedir mas não estavam disponíveis para executar essa proposta. -----

----- Era com orgulho que se entregaram os CDCs de mandato nesse trimestre. -----

----- Concluiu-se uma coisa muito difícil, o Parque da Memória. Era pena não estar o Membro Hugo Rodrigues, um dos que se bateu pela execução desse parque infantil. Tinha as memórias da infância de ter crescido ali e com certeza que gostaria de ter sido executado esse parque. Foi muito difícil de aprovar e depois da empresa cumprir ele estava feito. -----

----- Estava-se a terminar a USF, o centro de saúde. Ele só não abriu, segundo o responsável pelo ACES, porque se percebeu que estava a entrar água em duas salas. Era o fim de uma obra e toda a gente que já entrou em casas novas sabia que apareciam problemas, mas era-lhe dito que até ao fim do ano resolviam o problema da infiltração e nos primeiros tempos do mês de janeiro fazia-se a mudança. -----

----- Tinha melhorado substancialmente o número de pessoas com médico de família na Freguesia. Não que tivessem contribuído mas era com gosto que acompanhavam o processo, diminuindo o número de pessoas que não tinham médico de família. Enquanto houvesse uma seria um problema, mas era um sinal positivo ter vindo a melhorar. -----

----- Também terminaria o posto de limpeza. Estava acabado e faltaria apenas um ramal, uma coisa pequena, era o que dizia a Câmara. Ao contrário do que tinha sido dito ali, na Ajuda não havia pouco investimento nas condições dos trabalhadores, que teriam ali um posto de limpeza que podia ser candidato a um prémio de arquitetura. Era especialmente bonito, interessante, aquilo que os funcionários mereciam para continuarem a fazer um bom trabalho. -----

----- A Vila Heitor estava em obras e continuava, a Rua do Cruzeiro também. Eram muitas as obras que estavam a continuar e a acabar na Freguesia. -----

----- Alargaram-se as zonas de wi-fi na Freguesia. Cada edifício da Freguesia era um ponto de wi-fi e à volta dele todos tinham rede gratuita. Gostariam de ter outros pontos para além daqueles que eram a Junta de Freguesia. Seria feita uma melhor divulgação das passwords mas era público, acessível, era o contributo para poder ter rede gratuita em todas as ruas da Freguesia. -----

----- Estava lançada uma nova aplicação da Junta de Freguesia da Ajuda, tudo aquilo que estava no site e mais algumas coisas. Seria feita a divulgação para poderem descarregar. -----

----- Em termos de habitação, a Câmara de Lisboa dizia que estava a desenvolver projetos de reabilitação do 2 de Maio, utilizando o PRR, os dinheiro da chamada “bazuca” em parte, e os do Casalinho da Ajuda. O que se pedia era que fosse tão célere quanto possível e, para além de fazerem as novas, que reabilitassem aqueles que estavam em más condições, já para não falar do património disperso na Ajuda.-----

----- Para além desses contactos muito frequentes com a Câmara contactou-se a Secretária de Estado da Habitação, porque era uma incumbência não só da Câmara mas também do Governo central. Propôs-se que os terrenos do Estado central, que eram alguns na Freguesia, pudessem ser aproveitados para resolver o problema da falta de habitação e o custo da habitação na Freguesia.-----

----- Desses destacava a Bica do Marquês, que já passou para a posse do IHRU com essa intenção, dentro do projeto da unidade de execução que foi desenvolvido. Uma parte era pública e o IHRU tinha intenção de desenvolver como programa de renda acessível. Outro era as Salésias, também um terreno do Estado central que passou para o IHRU desenvolver uma urbanização e um programa de renda acessível.-----

----- Por mais que se fizesse nunca seria suficiente, mas tinha que se fazer para conseguir resolver esses problemas. Batiam-se junto da Câmara e junto do Estado central também partilhavam isso, que era importante construir casas mas também encontrar medidas para diminuir a pressão e a velocidade de saída das pessoas da Freguesia e das suas casas. Senão, por mais casas que se conseguissem fazer, nunca seriam suficientes.-----

----- Isso seria possível e diria que o PDM era uma excelente ferramenta. Atualmente o PDM de Lisboa não correspondia àquilo que eram as necessidades da cidade. Respondeu em tempos, quando foi feito, mas atualmente não. O problema da cidade era a saída das pessoas por estarem a ser empurradas para outros destinos, principalmente as camadas da sociedade mais populares. Por isso o PDM tinha que encontrar maneira de preservar essas comunidades.-----

----- Conseguia-se preservar os monumentos históricos, conseguiam-se preservar os animais raros, só não se conseguia preservar essas comunidades que eram tão importantes para a Cidade de Lisboa. Tinha-se batido por isso e achava importante a revisão do PDM que garantisse a defesa de populações, principalmente as populações com mais limitações económicas para poderem continuar a viver na Cidade de Lisboa. Lisboa tinha que ser uma cidade onde pudessem caber todos e não só uma cidade para alguns.-----

----- Problemas também houve, todos viram os problemas de segurança pelo menos nas páginas de jornal, que era muito menos do que aquilo que se noticiou. As notícias começaram por “autocarro atacado a tiro” e depois percebeu-se que nunca houve tiros. A parte de ser atacado era verdade, houve um apedrejamento e no dia seguinte a Senhora Secretária de Estado da Administração Interna ligou-lhe, partilhou e perguntou o que achava. No dia seguinte o Senhor Ministro também falou consigo sobre o problema e ficou logo apalavrado desenvolver um contrato local de segurança para a Freguesia.-----

----- Sobre isso havia um problema de duas dimensões, uma de urgência e outra de solução do problema. De urgência era polícia rapidamente na rua, que conhecesse as pessoas, que conhecesse o território. Era importante e foi o que disse ao Ministro, mas isso era como quando tinha febre e precisavam de um ben-u-ron para baixar a febre. A solução ia com a resolução do problema, se enchessem aquilo de polícia não resolvia o problema que dava origem à situação.-----

----- Era preciso um investimento em integração social, perceber dos que estavam como poderiam estar melhor, os que não estavam o porquê de não estarem, ter proximidade

para apoiar e fiscalizar, acima de tudo ter proximidade. Sem esse tempo e sem essa intervenção social, por mais polícia que descarregassem nos sítios, não iria funcionar, o que não queria dizer que a polícia não fosse essencial.-----

----- A polícia estava no terreno a fazer o seu trabalho de investigação para resolver o problema, a Junta estava a acompanhar e a trabalhar para ter esse contrato local de segurança, a ver se conseguiam desenvolver essa tarefa mais longa de integração social.

----- Sobre as finanças do trimestre era manter a linha de contenção, tentar não deixar de fazer nada do que já se fazia mas poupadinhos que os tempos eram difíceis. -----

----- **Membro Elsa Pedro (CDU)** disse que a questão tinha a ver com a execução orçamental da despesa, nomeadamente na rubrica de juventude, igualdade e economia local e na da habitação, que tinham manifestamente graus de execução bastante baixos.

----- Tinham ficado um pouco espantados porque conheciam a Freguesia e os seus problemas e gostavam de saber o que causava ter na juventude cerca de 29% de execução orçamental e na habitação cerca de 27%. Estavam com dez meses já do andamento do ano e saber se não havia iniciativas, se não havia problemas com a juventude, se não havia programas dedicados à juventude, nem problemas com a habitação. Estaria tudo tão bem que só tivessem 27% de execução do Orçamento nesse pelouro? -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que eram dois problemas diferentes. O primeiro era de habitação, tiveram num dos CDCs de mandato um programa que era a “Casa Aberta”, que depois foi transformado para um programa de apoio com materiais de construção e nesse sentido em grande parte foi substituído o valor que era do Orçamento da Junta, pelo menos nessa parte, através da execução desse valor que ia do CDC ligado ao apoio com materiais de construção. A execução fez-se noutra rubrica e as pessoas continuaram a ter o apoio. -----

----- Quanto à juventude, optou-se na maior parte das vezes para não destrinçar as atividades só para jovens e sim genéricos, intergeracional. Quando se faziam era para novos, para velhos, para a diversidade de idades, cingindo pouco a áreas específicas. Daí que embora tivessem uma atividade grande, acabavam por não ter atividades para essa área a que costumavam chamar de jovens. -----

----- Por outro lado, os tempos eram complicados e ia-se fazendo alguma gestão daquilo que era mais e menos necessário. A estratégia foi mais continuar a fazer o que já se fazia e o que se tentava era inventar atividades a custos relativamente baixos, como por exemplo o café concerto de que falara, uma atividade da juventude com custo baixíssimo, quase irrisório. Esse por acaso estava direcionado, não que o tivessem dito mas àquela hora e com aquele tipo de música acabava por acontecer. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que tinha uma pergunta mais direcionada ao Senhor Tesoureiro. -----

----- Relativamente à parte dos fluxos de caixa, nas contas à ordem aparecia a zero mas depois, na página dos resumos diários da tesouraria... depósito de instituições bancárias.

----- Por outro lado, no saldo de gerência anterior aparecia o valor de 848 mil euros, que também deveria englobar as delegações de competências. Portanto, esse valor não refletia os fundos próprios e gostava que lhe esclarecessem quais eram exatamente os fundos próprios da Freguesia. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que não tinha o documento ali e que prosseguissem os trabalhos, depois pediria a palavra à Senhora Presidente para esclarecer. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia uma parte onde poderia ajudar. Os fundos próprios, só quando fechassem o ano seria possível fazer essa avaliação. Era na Assembleia de abril, quando se apresentavam as contas do ano, aí sim aparecia o saldo

cb

de gerência e ficaria visível quais os fundos próprios. De momento nem o Executivo conseguia saber. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que isso não era verdade. Com a execução conseguia saber, se o balancete era zero conseguia determinar no exato momento quais eram os fundos próprios. Não conseguiria se tivesse um valor diferente entre receitas e despesas, mas nos fluxos de caixa de 1 de janeiro a 31 de outubro... -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** perguntou qual era página. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** explicou que era página antes da demonstração da execução orçamental da receita. Era uma conta aritmética, conseguiam saber os fundos próprios. -----

----- Havia uma gralha na rubrica 1, “administrações, recursos humanos finanças”, em vez de estar “recursos” era “recursos”. -----

----- **Ponto 3 – Apresentação, discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2023** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Orçamento tinha duas rubricas especialmente diferentes dos anos anteriores. Uma era a 13<sup>a</sup>, delegação de competências, por via do fecho dos CDCs. Iam executar quase na totalidade o valor, ele tinha uma diminuição de 400 mil euros e por isso tinha esse déficit. -----

----- A segunda orgânica com uma diferença substancial tinha a ver com a ação social e com o protocolo FES-Alimentação. Com o Covid a CML contratou IPSSs a fornecer comida às pessoas carenciadas e em setembro decidiu transferir para as Juntas de Freguesia essa competência e esse valor. No fundo o que estavam a fazer era receber esse valor, 257 mil euros, para pagar essas refeições que as pessoas consumiam. Não era que tivessem mais capacidade de investimento, mas a ação social sofria um acréscimo substancial de valor. -----

----- O novo FES teve uma diminuição. Aquilo que costumava ser 100 mil euros passou para 72 mil euros nesse ano e previa-se na mesma ordem de grandeza no próximo. -----

----- Todas as outras rubricas eram próximas daquilo que eram nos anos anteriores. Tinham pequenos acréscimos, possivelmente não seriam suficientes para fazer face ao que era o aumento de custos acima de tudo com pessoal, mas ali estariam para fazer uma gestão cuidada. -----

----- Não seria um ano fácil de manter o mesmo nível de qualidade, o mesmo nível de atividades e de serviço com o dinheiro que tinham. -----

----- **Membro Elsa Pedro (CDU)** disse que o PCP iria votar contra o Orçamento por razões que já evocaram na Assembleia. Havia rubricas com as quais não estavam de acordo, a distribuição que era feita das verbas. Para dar alguns exemplos, a habitação tinha 1,8%, a juventude 2% da verba total. Desporto, coletividades e saúde 3,16%. -----

----- Não estavam de acordo com a forma como os valores tinham sido distribuídos. Eram as opções do Executivo. -----

----- A ação social, embora tivesse os tais programas, mas também a educação tinha os programas, a educação com 12,9% e a ação social com 21. Não estavam de acordo com a forma como tinham sido as opções por parte do Executivo em relação à maneira de fazer o seu trabalho na Junta de Freguesia e por isso iriam votar contra, mantendo aquilo que tinha sido a votação nos últimos anos de votar contra o Orçamento. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que olhando para a despesa prevista notava-se claramente que a previsão estava muito abaixo da inflação. Era uma questão geral em todas as instituições públicas, algo muito complicado de combater, mas todos sabiam que aumento por parte da despesa possivelmente não seria esse na realidade. -----

----- A sua pergunta acerca dos fluxos de caixa e dos fundos próprios não tinha sido inocente, porque também teria que ser uma decisão do Executivo se ia manter no

Orçamento, se queria ou não usar os fundos próprios, mas por isso era importante saber quanto a Junta teria em caixa e saber se no futuro queriam usar parte dos fundos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que compreendia e era verdade, tiveram essa conversa quando foi ouvida a oposição e o PSD sobre o assunto, -----

----- Uma coisa que o preocupava era que olhando para isso iam ter o mesmo dinheiro de 2018 para pagar contas de 2023, mas dito isso o desafio era que os ajudasse, visto que algum do dinheiro que devia estar a entrar na Junta de Freguesia ficava na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- As Juntas de Freguesia na sua esmagadora maioria eram pequenas, tinham poucos funcionários e o acréscimo de valor nos funcionários não era significativa, decidiu-se que o acréscimo era apenas de 1%. Nas câmaras que tinham higiene urbana, os cantoneiros, os mercados, os cemitérios, muito pessoal e acima de tudo pessoal muito perto do ordenado mínimo, que era quem ia crescer mais, foi um acréscimo de 5%. Acontecia que na Câmara de Lisboa esses funcionários já não estavam lá e sim nas Juntas. Ou seja, algum do dinheiro que foi canalizado para a Câmara devia ter ido para as Juntas. -----

----- Era um caso específico da Cidade de Lisboa e contava com o apoio do PSD para falar com o Senhor Presidente e o Executivo da Câmara para partilhar com todos aquilo que recebeu e que pertencia à Junta, porque já passou os funcionários e era bom que esse acréscimo também chegasse com os funcionários. Nem sequer era uma crítica, era mesmo um pedido de ajuda. -----

----- Ao contrário do que foi dito, não tinha que falar sobre as moções mas era absolutamente favorável à descentralização e à aproximação dos poderes dos cidadãos. Enquanto que um Presidente de Câmara estava nos Paços do Concelho e o que acontecia ali na higiene urbana ou noutras áreas era uma coisa que lhe estava afastada, isso era impossível para um Presidente de Junta que morava ali na rua, que saía e as pessoas perguntavam pelo buraco destapado ou a rua suja. -----

----- Tudo o que não tinha uma tecnicidade muito elevada estava melhor perto dos cidadãos e essa delegação de competências foi muito positiva. Bastava pensarem como era a higiene urbana na Freguesia da Ajuda dez anos atrás e como era atualmente, francamente melhor. Quando chegara havia pilhas de lixo em dez, onze, doze sítios. O chefe de limpeza dizia que não iria conseguir acabar com o lixo em dois ou três sítios e na generalidade aquilo acabou. -----

----- Se não fizessem nada ficava em causa aquilo que foi a construção da delegação de competências e da descentralização na Cidade de Lisboa. Ou se arranjavam meios para as Juntas de Freguesia continuarem a prestar um serviço de qualidade ou nos anos seguintes a qualidade ia descendo até matarem essa que foi uma melhoria da Cidade de Lisboa. Depois veriam a quem isso interessava. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que relativamente aos fundos próprios da Freguesia podia estar a ver mal a questão. A Freguesia começava cada exercício financeiro com saldo de gerência que resultou do ano anterior, da diferença entre aquilo que recebeu e aquilo que pagou. Durante o ano havia um conjunto de recebimentos que provinham da questão dos protocolos, da transferência do Fundo de Financiamento das Freguesias, a transferência do tempo inteiro do Presidente e do outro meio tempo. As receitas próprias eram muito reduzidas, as fotocópias, licenças dos canídeos. Havia um conjunto de despesas e no final do ano apurava-se novo saldo de gerência. -----

----- Essa execução orçamental dizia respeito até 31 de outubro e em 31 de outubro não estavam em condições de dizer quais eram os fundos próprios. -----

----- Podiam falar no final mas não percebia exatamente a questão. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** perguntou qual era o dinheiro que a Junta tinha que não estava atribuído a nenhuma rubrica e tirando a delegação de competências. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que isso era outra coisa, ali não tinham rubricas, isso nem era passível de ver ali. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que o Senhor Tesoureiro estava a enveredar por caminhos um pouco esquisitos,-----

----- O Orçamento teria balancete zero no final do ano, tirando a descentralização de competências que era feita num plano plurianual ou como fosse. Purgando isso das contas da Junta, qual era o valor residual com que a Junta ficava?-----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** explicou que tirando o que ia dos protocolos e delegação de competências teria que ver, não tinha o número de cor porque ele nem constava daquela informação. -----

----- **Membro Luís de Almeida (PSD)** disse que gostaria que lhe fosse facultado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os “**Documentos Previsionais para 2023**”, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. ---

----- **Ponto 4 - Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2023**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não havia muito a dizer sobre o documento, era exatamente igual ao último que foi aprovado.-----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** disse que tinha duas questões para colocar. Saber porque estava um lugar vago no apoio jurídico, qual a razão de não estar ocupado, bem como os outros lugares que não estavam ocupados. Saber a que se devia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que foi criado porque tinham achado absolutamente necessário, mas as contas tinham que se pagar e embora achassem necessário não tinha havido verba disponível para fazer esse investimento num funcionário a tempo inteiro para apoio jurídico. Não retiravam porque era importante mas não contrataram porque não tiveram essa folga orçamental.-----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** disse que havia na higiene urbana, nos recursos humanos, na contabilidade, nos serviços gerais... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que no espaço público era um funcionário assistente técnico que passou a técnico superior e na higiene urbana foi um funcionário que após um processo disciplinar deixou de prestar serviços à Junta de Freguesia. -----

----- Tinham alguns funcionários a recibo verde e todo o interesse em colocá-los no quadro, mas também aí havia algumas dificuldades. Uma grande parte do orçamento da higiene urbana ia de delegações de competências, o Senhor Presidente da Câmara disse que para 2023 não as punha em causa mas queria-as questionar e discutir. No próximo ano não sabiam se tinham ou não e estavam a falar à volta de 40% do valor em higiene urbana. Portanto, nem sequer legalmente tinham condições para integrar aquelas pessoas que achavam ser necessárias e permanentes mas pelos vistos eram necessárias e não permanentes. Era uma área que gostavam de resolver.-----

----- Como tinham acompanhado, ao longo dos anos foi-se integrando tudo o que era possível de funcionários nos quadros e gostavam de terminar sem pessoas noutra condição na Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Nuno Veludo (BE)** disse que lamentava não ter questionado essa situação na reunião de discussão do Orçamento. Era um dos pontos que tinha e esquecera, a questão dos recibos verdes. -----

----- Uns tempos atrás, quando houve a grande integração de recibos verdes nos quadros, até a nível municipal em todas as Freguesias, recordava-se que na altura um

6

dos argumentos para a não inclusão de alguns recibos verdes tinha que ver com a qualificação deles, que não permitia a integração no quadro. -----

----- A sua questão era simples, se eram desses recibos verdes ou se eram daqueles que estavam em atividades temporárias ou delegação de competências, qual era a origem deles. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que felizmente foi um processo muito positivo. Foram integrados não no processo do PREVPAP mas no outro foram integradas duas pessoas que não tinham qualificações, não só foram integrados como obtiveram as qualificações. -----

----- Os que continuavam a não ser integrados, uns eram dos CAF, alguns deles mudaram para outras funções e nessa circunstância da última vez alguns foram integrados. Atualmente não tinham aquilo que havia de pessoas nessa condição. No anterior Executivo e já no atual fez-se a proposta à Câmara que ou passasse em definitivo essa função para haver uma certeza e legalmente poder integrar essas pessoas, ou a Câmara integrar essas pessoas e depois partilhar com a Junta essa responsabilidade do serviço e das pessoas. Manter esses funcionários tantos anos com vínculo precário não era justo. -----

----- Os outros, eram quase todos pessoas recentes. A velocidade com que tinham entrado pessoas era maior do que conseguiam integrar. Já não eram pessoas antigas e com muitos anos ali por integrar, eram pessoas novas. -----

----- Ultimamente o mercado de emprego estava substancialmente diferente daquilo que era. Mantinham-se os funcionários mais antigos mas os mais recentes eram muito voláteis, entravam e saíam, voltavam. Havia até dificuldade nalgumas áreas para conseguir ter funcionários, tinha a ver com o mercado de trabalho e o pleno emprego. --

----- Uns fizeram esse caminho da integração, tendo as qualificações, os restantes eram esses dos CAF e pessoas que entraram recentemente ou que eram mesmo avençados, que também havia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal para 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Autorização de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de atividades de animação e apoio à família (AAAF) e componente de apoio à família (CAF) para os anos letivo de 2022-23 e 2023-24 — Proposta JF n.º 356/2022** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse documento explicava-se a ele próprio. Todos conheciam esse programa muito antigo dos CAF e AAAF. Mais uma vez a Câmara delegava na Junta essa competência com os valores iguais por aluno para todas as Freguesias. -----

----- **Membro Elsa Pedro (CDU)** disse que o contrato era feito para dois anos letivos, um contrato feito e que iam assinar, mas a proposta só ia com 2022-2023. Pensava que seria um lapso e devia estar também o 2023-2024, independentemente de ao Orçamento só ir o ano letivo que estavam de momento a fechar. -----

----- Depois uma questão que tinha a ver com o tempo. Segundo foi dado a perceber, isso foi aprovado em junho e só ia agora à Assembleia de Freguesia mas tinha âmbito a partir de setembro. A questão era se a Junta de Freguesia esteve a assumir a execução do protocolo sem ter sido ratificado pela Assembleia de Freguesia. -----

----- O PCP estava de acordo com o contrato e iria votar favoravelmente, era importante para as crianças e para as famílias, embora se tivesse feito uma proposta ao nível das participações das famílias que ia mais longe do que foi aprovado. Tinha-se proposto que o escalão A e B fosse a zero custo para as famílias e que o escalão C fosse só 50%. -----

Isso não foi aprovado e ficou o escalão A com uma redução de 60%, o escalão B com uma redução de 33% e o escalão C com uma redução de 20%.-----

----- Devia ter sido aprovado aquilo que propuseram e não foi, mas em termos da votação do contrato não era um impedimento. No entanto, havia questões de fundo em relação a isso e uma delas era a forma como foram ou estavam a ser contratadas essas equipas.-----

----- Estavam a falar de um contrato laboral? Estavam a falar de um recibo verde de uma avença? Também se tinha feito uma proposta que não foi aprovada, que fosse imperativo o contrato a termo resolutivo pelo período de duração do programa. Isso não foi aprovado e queria saber de que forma estavam a ser contratadas pela Junta de Freguesia da Ajuda as equipas que estavam a trabalhar nessa atividade.-----

----- Queria ainda saber se as equipas eram em quantidade adequada ao número das crianças, qual o ratio de monitores por criança no período letivo e não letivo e se os meios financeiros que estavam atribuídos no contrato eram considerados suficientes. Aceitava-se mas não eram os suficientes, isso para garantir o bom funcionamento das atividades das crianças e o aproveitamento concreto das crianças em relação a essas atividades.-----

----- A aprovação da diminuição das verbas em termos das mensalidades era recente, foi em novembro. Perguntou se estava a ser feita a devolução dos valores pagos desde setembro.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a primeira questão tinha sido um lapso pelo qual pedia desculpa, por não ter levado na altura certa o protocolo. Não acontecia muitas vezes mas ficavam as desculpas à Assembleia.-----

----- Em relação aos contratos, visto não poderem integrar os funcionários nos quadros, o que estavam era a recibos verdes, contratos de avença por um ano. Era esse o modo de contratação que faziam às pessoas, mas tinha o maior gosto em encontrar uma forma de poder integrar as pessoas nos quadros. Era merecedor, mas para isso era preciso que a função passasse em definitivo para a Junta de Freguesia.-----

----- Não conseguia dizer o ratio e podia depois enviar por escrito, mas podia dizer que era superior àquele que a Câmara indicava. Pelas contas da Junta nalguns sítios eram poucas crianças e bastaria estar um monitor, mas garantia-se que estivessem sempre dois monitores. O dinheiro não era suficiente para pagar o programa e era uma conversa que tinham anualmente com a Câmara, que não concordava e a Junta aceitava o projeto porque ainda assim preferiam fazer do que não fazer.-----

----- As regras eram iguais para todas as Freguesias. Propuseram-se algumas alterações e essa era a contraproposta. Tinham que decidir se queriam fazer assim ou se não queriam fazer e ainda assim achavam melhor fazer, mas com algum desconforto no modo como era transferida essa competência. Era a custas da Junta que o serviço podia ser melhor feito.-----

----- Quanto à baixa dos valores, seriam devolvidos os valores aos pais.-----

----- A outra questão responderia por escrito.-----

----- **Membro Elsa Pedro (CDU)** disse que a questão era um tipo de contrato que não ficava agregado para a vida à Junta de Freguesia. A opção era um contrato a termo, resolutivo, pelo período de duração do programa. Durante dois anos as pessoas tinham um determinado contrato, ao fim de dois anos terminava o programa e terminava o contrato mas pelo menos durante dois anos estavam numa situação estável.-----

----- Essa era uma questão de fundo. Estavam de acordo com o programa, era de grande utilidade para os pais, para as famílias, para as crianças, mas iriam abster com a seguinte declaração de voto:-----

----- Iam abster por considerar que esses programas não podiam servir para aumentar a precariedade laboral e servir para manter *ad eternum* situações instáveis e precárias. O facto de se fazer um contrato por um ano a recibo verde era uma situação precária. -----

----- Quando fizeram a proposta de ser imperativo um outro tipo de contrato para as Juntas era dando cumprimento à questão de não se ficar com um funcionário que só tinha a ver com aquele programa, que terminava o programa e não ficava adstrito, não ficar como uma obrigação para a Junta, mas durante aquele período era estável para a sua situação laboral, para as crianças e para o programa. -----

----- Essa questão também tinha a ver com a estabilidade das pessoas, dos monitores, da coordenação da equipa e de um trabalho que era contínuo e continuado. -----

----- A abstenção era por essa razão. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências com o Município de Lisboa no âmbito de atividades de animação e apoio à família (AAAF) e componente de apoio à família (CAF) para os anos letivo de 2022-23 e 2023-24 — Proposta JF n.º 356/2022**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 10 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- **Ponto 6 – Autorização para a celebração do acordo de transferência de verba - Medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa:** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que sobre esse assunto também não havia muito a dizer. Era um protocolo de apoio, mas se houvesse dúvidas que pudesse explicar ficava à disposição. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização de celebração do acordo de transferência de verba - Medidas de combate à inflação aprovadas pela Câmara Municipal de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **Ponto 7 - Autorização de celebração de protocolos com as entidades:** -----

----- **1. De colaboração com a Associação de Atividades Sociais do Bairro 2 de Maio — Proposta JF n.º 358/2022;** -----

----- **2. De colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ajuda - Cruz Verde;** -----

----- **3. De apoio financeiro com a Associação Animais de Rua - Esterilização e proteção de animais em risco;** -----

----- **4. De colaboração com a ANIMALIFE - Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental;** -----

----- **5. De colaboração com a ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local;** -----

----- **6. De colaboração com a Academia Recreativa da Ajuda;** -----

----- **7. De colaboração com a Associação Academia de Jovens do Casalinho da Ajuda;** -----

----- **8. De cooperação com o Instituto Superior de Agronomia;** -----

----- **9. De assistência veterinária com a Liga Portuguesa dos Direitos do Animal;** --

----- **10. De colaboração com o Clube Atlético e Recreativo do Caramão.**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o primeiro protocolo era um acordo ainda dentro do programa de alimentação. -----

----- O programa de fornecimento de alimentação da CML pressupunha na sua última fase a contratação de IPSSs. Teve durante muito tempo a contratação na Freguesia da Ajuda de duas IPSS, a Associação do Bairro 2 de Maio e o CCR-CCR. A Câmara fez a proposta de transferência para as Juntas de Freguesia, coisa a que se opusera na medida

em que lhe foi possível porque achava ser uma competência que devia continuar na Câmara, uma proposta nos mesmos termos de compra das refeições a IPSSs. -----

----- Acabou-se por aceitar porque temiam que não aceitando finalizaria esse programa alimentar. Assumiram as responsabilidades, receberam o dinheiro e continuaram a contratar essas duas associações. Uma tinha desistido e a outra manteve-se. Contratou-se nos mesmos termos, aos mesmos preços, da mesma maneira esse programa. Por esse motivo apresentavam esse protocolo para a Assembleia votar. -----

----- Não tinha a ver com a relação com o CCR, que tinha sido boa, a comida fornecida era boa e adequada como faziam ultimamente. Achava que não era necessário a Junta ter entrado no processo, a Câmara podia continuar a contratar como até agora e continuaria a ter a colaboração da Junta como parceiro. Ainda assim, o contrato era exatamente nos mesmos termos que a Câmara tinha com a instituição. -----

----- Os protocolos eram muitos e estavam a tentar organizar para no princípio do ano estarem aprovados e ficar resolvido. Falaria apenas nos dois novos porque todos os outros eram nos mesmos termos e com os mesmos valores dos anteriores. -----

----- As instituições podiam-se queixar de ter sofrido com a inflação mas era o que se podia partilhar com eles. Não recebendo mais também não se conseguia partilhar mais, distribuíam-se os apoios mas de igual maneira distribuíam-se as dificuldades. -----

----- Um protocolo novo era o do Clube Atlético e Recreativo do Caramão, que na última ou penúltima Assembleia conversaram sobre a hipótese de ter um protocolo, trabalhou-se e concretizou-se. Já estavam a decorrer atividades apoiadas pela Junta no Caramão, que era o território talvez mais periférico da Freguesia. Era com gosto e com a ajuda dessa histórica instituição que a Freguesia tinha mais atividade descentralizada, esperando que esse protocolo pudesse crescer nas atividades e na dinâmica. -----

----- Outro protocolo novo era com o Instituto Superior de Agronomia, uma ambição que tinham partilhado e conversado e finalmente conseguiram concretizar, que era a população da Ajuda poder entrar gratuitamente no Jardim Botânico. A Junta dava um apoio de compensação por essa perda de receita por parte do Instituto de Agronomia. Para além disso estavam apoios à Festa de Outono e Festa da Primavera que essa instituição tão bem resolvia. Era uma instituição com capacidade técnica, com a capacidade até de apoiar nos espaços verdes e nas atividades ligadas a áreas de competências do Jardim Botânico e do Instituto de Agronomia. -----

----- Já podia ter sido formalizada antes essa parceria, mas era o primeiro protocolo e veriam como iria decorrer, com certeza que bem e lá estariam para continuar a estreitar os laços com essa importante instituição. -----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** disse que queria congratular a Junta de Freguesia por ter encontrado condições para as famílias entrarem no Jardim Botânico. Era também uma proposta da CDU na campanha eleitoral e era com muito agrado que viam essa situação ser levada a cabo. -----

----- Quanto ao protocolo dos bombeiros, algures no tempo houve um artigo de jornal onde referia que os bombeiros necessitavam de instalações. Estavam nos contentores, antes estiveram na Praça da Alegria e a intenção era saber o ponto de situação, se havia alguma informação que pudessem prestar. -----

----- De uma maneira geral estavam a favor dos protocolos e perguntava sobre as outras entidades e instituições que não iam ali com tanta regularidade, que tipo de apoios a Junta dava. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era uma ambição do Executivo, era uma ambição de toda a Freguesia e uma das coisas que os unia era abrir as portas do Jardim Botânico. Sabia que também era uma ambição do Jardim Botânico mas ainda

7

não tinha havido as condições, houve agora e era uma alegria e um orgulho para toda a Freguesia. -----

----- Sobre os bombeiros, continuavam a ter o apoio e a interação com os bombeiros. A cada ano que passava os contentores ficavam mais degradados e sabia que os bombeiros também tinham a ambição de ter um novo quartel. -----

----- Partilhavam com a CML, que não tinha uma obrigação direta mas tinha uma obrigação moral e que acima de tudo teria as condições para instalar os bombeiros.-----

----- Os bombeiros na Cidade de Lisboa tinha características substancialmente diferentes dos bombeiros voluntários do restante País. Existiam os bombeiros sapadores, que ocupavam uma parte substancial, mas eram necessários os bombeiros voluntários e nos dias de grande chuva viu-se a disponibilidade que os bombeiros voluntários tiveram.----

----- Quando o problema não era pontual e era geral, aí todos faziam falta e os bombeiros voluntários passavam a ser primordiais para o combate às calamidades. -----

----- Era importante que tivessem a dignidade de um quartel definitivo. Não era possível substituir aqueles contentores por mais, nem fazer obras. Um contentor não era um sítio digno e capaz para instalar a função de bombeiros e por isso continuariam a estar ao lado dos bombeiros para ter o quartel em definitivo. Não havia notícias disso estar para breve, mas era uma luta de toda a Freguesia. -----

----- Havia dezenas de instituições na Freguesia e o que se pôs como patamar era protocolar tudo o que fosse entidades com mais de cinco mil euros de apoios, não dar apoios de qualquer género a entidades que tivessem essa escala sem haver um protocolo.-----

----- Existiam outras e na reunião de abril, onde iriam todas as contas, lá estariam cabalmente todos os apoios que eram dados a todas as entidades, mas se houvesse alguma dúvida sobre alguma instituição podiam perguntar que responderiam por escrito sem problema nenhum e com o maior gosto. -----

----- As instituições eram todas diferentes, tinham características diferentes, tinham atividades diferentes. Tentava-se ajudar as que tinham capacidade de fazer algumas coisas, algumas até mais que clubes desportivos passaram a ter atividades sociais, existiam novas a chegar, novas a serem criadas. Era também sinal dos tempos, o mundo associativo mudou.-----

----- Pela parte da Junta o dinheiro não esticava muito e tentavam gerir com os vários parceiros. Fazia-se um esforço grande em ajudá-los a conseguir mais dinheiro, não dado pela Junta mas candidatando-se a projetos. Na página da Junta estava a quantidades de BIP-ZIP, de “Bairros Saudáveis”. Instituições que não concorriam a nada, algumas delas já iam no quinto ou sexto ano desses projetos e ganharam as competências de se autonomizar. -----

----- Diria que a melhor coisa que podia acontecer às instituições era não ficarem dependentes das Juntas de Freguesia ou do poder político, mas sim autónomas para definirem os projetos que queriam, auto-financiando-se.-----

----- Não era um mérito do atual Executivo, era dos anteriores, a Junta de Freguesia trabalhava bem com as instituições, com as escolas e com as várias IPSSs. Partilhavam muitos dos problemas e das estratégias. A rede social funcionava bem, tinha cada vez mais parceiros mas era uma ambição porque uma instituição menos dependente de um só financiamento era uma instituição livre de seguir o seu caminho de maneira autónoma. -----

----- Ainda assim todos os anos, por pouco que fosse, a orgânica ligada às coletividades ia crescendo sempre um bocadinho os valores. Quando havia menos subia menos, que era o caso desse ano.-----

----- **Membro Nuno Veludo (BE)** disse que o seu comentário não retirava em nada o mérito desses protocolos. Como o PCP disse, os protocolos eram bastante bons, a modalidade de ter um protocolo com todas as entidades reveleva também que se levava transparência ao exercício da Junta de Freguesia, o que era ótimo e não acontecia antes.

----- No entanto, não podia deixar de dar uma nota, não era minimamente em tom provocatório mas se a CDU tinha isso nas suas propostas eleitorais o Bloco já tinha feito essa proposta de entrada gratuita de fregueses e na altura, se bem recordava, foi colocada a questão da estabilidade financeira da instituição, coisa que pelos vistos foi facilmente ultrapassada. Resultou, funcionou e ainda bem para todos os ajudenses, era ótimo. Não era sequer uma questão de quem foi o pai ou a mãe da criança, era apenas uma nota que não podia deixar de dar.-----

----- Relativamente aos apoios para as instituições da Freguesia da Ajuda, tinha uma proposta de espírito aberto e não havia arrogância nenhuma ao propor, depois até podia apresentar uma proposta nesse sentido, mas na nova aplicação que iam criar da Junta de Freguesia não sabia se estava previsto algum espaço para as instituições, onde facilmente poderiam candidatar-se a um apoio ou colocar uma ideia para ser submetida à apreciação.-----

----- As associações geralmente eram entidades que se moviam bem nessas ferramentas digitais e podia-se criar essa facilidade. Era uma sugestão, depois poderia fazer uma proposta nesse sentido, era apenas para ajudar.-----

----- Também nessa linha saber se tinham prevista alguma forma de divulgação da medida para a entrada gratuita no Jardim Botânico e se sim como seria feito.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o protocolo ainda não tinha sido assinado. O que era apresentado tinham condições para aprovar, quando fosse aprovado divulgariam, até usando junto do cartão “A Minha Ajuda” para ajudar a fidelizar o cartão ligado ao comércio local, era o dois em um. As pessoas queriam o cartão não só porque tinham alguns pequenos descontos por parte dos comerciantes, mas porque tinham outros benefícios e uma das áreas que tentariam alargar era que os benefícios fossem ligados ao cartão que depois fidelizava a compra no comércio local. Iriam engendrar um momento importante de divulgação.-----

----- Numa altura de contas apertadas abrir novos protocolos e novos gastos era sempre bem medido, mas isso era tão importante e consensual, todos queriam há tanto tempo, que não era possível perante a oportunidade que ela fosse desperdiçada. Depois podiam não voltar a ter condições para poder acontecer. Não foi fácil mas foi ultrapassado.-----

----- **Membro Carlos Fonseca (PS)** disse que queria sublinhar a relevância das instituições, com o parco apoio que iam ter, disponibilizarem a usar os seus recursos próprios a produzir alimentação, com encargos que de momento não se podiam prever em termos de consumo de energia nem de inflação sobre os produtos alimentares.-----

----- Ficava entusiasmado por saber que ainda havia instituições da esfera privada, da esfera social, disponíveis para irem além da suas obrigações e de pôr os seus parcos recursos em benefício da comunidade.-----

----- A sua sugestão era que talvez fosse importante a Freguesia poder estar sensível a eventuais custos adicionais que pudessem daí decorrer, compensando essa disponibilidade, porque todos sabiam que seria muito complicado manter as instituições na área social que geriam os seus escassos recursos sem finalidade lucrativa mas que ainda assim se disponibilizavam a fazê-lo.-----

----- Se fosse um serviço público que contratasse uma cozinha própria, recursos próprios e os produzisse, isso muito bem, mas eram entidades que já estavam no limite, com as equipas no limite e que ainda assim procuravam fazer mais e melhor.-----

----- Era funcionário também de uma instituição da comunidade, sabia que isso não era viável porque iria em termos de Orçamento inviabilizar-se com os recursos para o dia a dia e para os protocolos que tinham. -----

----- Tudo aquilo que pudessem na área do desporto de incentivo às práticas do bem estar, de prevenção de comportamentos de risco, de abertura dos espaços da comunidade em termos culturais, era tudo muito importante mas de todos gostaria só de fazer um sublinhar pela relevância que estava ali para uma instituição, fosse o CCR ou outra, e percebia perfeitamente porque não se podiam atravessar nesse caminho e recuassem. Era um ato consciente e talvez a exeperiência dos últimos anos já fizesse crer que em termos de contas não era um caminho sustentável. -----

----- Continuar a produzir alimentação no contexto em que estavam, para apoiar a comunidade com qualidade e com o sentido de compromisso com que o faziam , as verbas transferidas pecavam por ser muito escassas para o espírito de missão que estava a ser posto no papel. -----

----- De todos os protocolos isso merecia ser sublinhado. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era absolutamente verdade. Quem inventou na anterior Vereação dos direitos sociais que a alimentação saísse das empresas e passasse para as IPSSs houve um ganho, para além da qualidade da comida ser mais caseira e menos industrial, havia a relação dessa entidade com as pessoas. Era uma entidade da Freguesia, com pessoas da Freguesia. -----

----- O Membro Nuno Veludo tinha estado na época proximamente envolvido na criação desse modelo e era claramente positivo, porque as pessoas por exemplo no Natal iriam ter bolo-rei e uma comida diferenciada. Eram da Freguesia e por vezes telefonavam a dizer que uma pessoa, para além da comida, confessava outros problemas e isso com uma empresa não aconteceria. -----

----- Não só essa parte foi muito positiva, de passar para as IPSSs, como havendo muitos problemas como o Covid as IPSSs apareciam para resolver problemas. Era importante não se esquecerem delas depois na época em que já não seriam necessárias, era importante ter IPSSs fortes para quando havia problemas, eram as que ficavam. -----

----- Só para perceberem o dinheiro que foi transferido para essa ano, antes de entrar para Assembleia tinha estado a fazer um officio de que não ia chegar até ao fim do ano. Não deixariam de entregar comida e pagariam, mas pelas contas que tinham nos últimos quinze dias o dinheiro transferido pela Câmara não seria suficiente. A seguir, o que transferiu para 2023, se mantivessem os mesmos utentes só dava até setembro. -----

----- Estavam muito preocupados com a CCR, estava-se a fazer uma conversa direta, até estavam a pensar fazer de dois em dois meses para ver se havia algum imprevisto. O objetivo era ajudar as instituições e não sufocá-las, mas o dinheiro era aquele e quando acabasse veriam o que iria acontecer. -----

----- Havia um grupo mais pequeno, estavam a falar de 161 refeições e que nunca sairia dessas refeições. O objetivo era que conseguissem encontrar soluções para a vida daquelas pessoas, para que saíssem do programa alimentar. Algumas conseguiriam, arranjavam emprego, resolviam a vida, emigravam, mas havia vários perfis que nunca sairiam. Um idoso com uma reforma de 270 euros, como iria resolver a vida e não precisar de comida? Ia precisar e só se lhe dessem , porque tendo que pagar a casa, a luz, os medicamentos, a comida era essencial. -----

----- Problemas de saúde mental que tornava a família disfuncional, dificilmente conseguia sair e tinham várias no programa. Pessoas com dependências, dificilmente saíam desse programa. -----

----- Podiam substituir o programa, em vez de estar na Junta de Freguesia estar noutra sítio, mas não era possível dizer que essas pessoas tinham comida em Arroios e irem a

Arroios receber comida, isso não era possível. Alguns não estavam em casa, por via até dos problemas que tinham. -----

----- Havia sempre um universo e esperava ter a capacidade para explicar melhor esse problema à Vereadora dos direitos sociais, que pelos vistos não tivera com a anterior, de explicar que algumas pessoas com os seus próprios meios conseguiam resolver os seus problemas e havia um grupo de pessoas que não conseguiam sozinhos. -----

----- Era uma coisa que preocupava porque tinham um *deadline* monetário, quando acabasse o dinheiro acabava-se a comida e vivia-se com essa ansiedade. Tentavam encontrar soluções para as pessoas, algumas passaram por exemplo para o programa da Misericórdia que fornecia cabazes alimentares, algumas famílias até ficavam melhores com um cabaz de alimentos do que com comida cozinhada, famílias organizadas e funcionais e que o único problema que tinham era serem pobres e o que ganhavam era para pagarem a renda de casa, não chegava para tudo. -----

----- As mais disfuncionais teriam dificuldade em que não fosse servida a comida, porque alguns não tinham sequer cozinha. Isso também acontecia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que sobre o PO da Santa Casa desafiava a conhecerem os critérios para atribuição de PO, que eram no mínimo ridículos. Quando se atribuía por exemplo uma despesa de água por pessoa de dez euros, nos tempos que corriam isso era manifestamente insuficiente e muitas pessoas ficavam de fora do PO, às vezes por diferenças de rendimento líquido em dois ou três euros. -----

----- Isso acontecia, era lamentável mas eram os critérios que existiam. Desafiava a descobrirem os critérios do PO da Segurança Social, que talvez até fossem alvo de uma moção na Freguesia a ver se conseguiam mudar alguma coisa. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **Protocolos com as entidades** apresentados e constantes da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 - Autorização de celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades:** -----

----- **1. Clube Desportivo Império do Cruzeiro;** -----

----- **2. Associação Footevolution;** -----

----- **3. Boa-Hora Futebol Clube** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que sendo clubes desportivos era uma lógica um pouco diferente, mas basicamente era o mesmo. -----

----- Apoiavam aqueles que queriam fazer atividade desportiva para que as pessoas, de forma gratuita ou a preços simbólicos, tivessem atividade desportiva pela Freguesia. Era exatamente iguais aos que foram assinados no ano anterior. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação os **Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo com as entidades** apresentados e constantes da ordem de trabalhos, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Sandra Almeida (CDU)** disse que gostava de perceber como estaria a Junta de Freguesia a estimular o comércio local para as compras de Natal, tendo em conta até a própria crise e as dificuldades que o comércio local tinha sempre. -----

----- Saber também na Oficina das Artes, o antigo balneário, se tinha uma programação concreta ou se estava feito de maneira a que as atividades fossem mais avulsas. -----

----- Relativamente à questão dos animais, perceber a questão dos abrigos. No parque de estacionamento estavam pelo menos seis ou sete gatos e com tanta chuva ainda deviam estar piores. Saber se eventualmente seria possível colocarem lá mais abrigos. -----

20

----- Houve uma freguesa que se dirigiu no sentido de ter sido falado em tempos uma recolha de alimentação por parte da Junta para os gatos e queria saber onde se era entregue e como se processava. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha saltado uma coisa importante na Informação Escrita para esclarecer e partilhar e que estava dentro da história do comércio local. -----

----- Havia algumas atividades e a charneira era o cartão “A Minha Ajuda”. Tentava-se divulgar nas redes sociais loja a loja, percebia-se que com as pessoas e com os proprietários e os que estavam ao balcão era ainda mais interessante e mais significativa a divulgação. O cartão “A Minha Ajuda” era fundamental e charneira. -----

----- Também perguntavam a razão de nesse ano não terem iluminações de Natal. Elas nasceram na Baixa, eram para ajudar o comércio e até pago pelos comerciantes, depois foi-se estendendo e nos últimos anos tinha havido na Freguesia da Ajuda. -----

----- Nesse ano tomou-se uma decisão diferente. Pelo tempo que se atravessava, o custo da energia e o esforço que as famílias estavam a fazer para se adaptar aos novos custos, a consciência cívica de consumir menos energia era fundamental para o futuro. Decidiu-se nesse ano não ter luzes de Natal e utilizar esse dinheiro para substituir uma parte das luzes nas escolas, no mercado, nalguns edifícios. Não estavam todas mas foi um investimento grande. -----

----- Nesse ano havia um Natal menos iluminado na rua mas havia um futuro mais sustentável e as contas de energia da Junta de Freguesia mais saudáveis durante os próximos anos. Custava a todos mas com certeza teriam natais mais bonitos e era importante cuidar da sustentabilidade e acima de tudo ser solidário com as famílias que estavam a fazer um esforço tão grande para se adaptar, fazia pouco sentido a Junta não assumir essa partilha de dificuldades que as famílias também atravessavam. -----

----- Tinham ligado à atividade um “Allô Natal”, que era feito nalguns sítios e alguns deles perto das atividades comerciais, devido à chuva concentrava-se tudo num só dia e numa zona fechada, a nave no mercado. -----

----- Aumentava-se a divulgação nas redes sociais e na proximidade com os comerciantes. Não era um processo simples, estava-se a começar a negociar os próximos CDCs do mandato e o que se propôs à Câmara era um projeto que ajudaria o comércio, ligaria as atividades económicas às atividades culturais. Isso parecia fundamental para o comércio local e tradicional, a sua proximidade com as pessoas e aquilo que era o ganho de empregabilidade e dinâmica social. -----

----- Por isso fazia sentido criar uma plataforma que ligasse as atividades culturais às atividades comerciais e com isso conseguir haver maior conhecimento do comércio tradicional por aqueles que visitavam a Freguesia. -----

----- Não eram investimentos fáceis pelos meios da Junta, veriam junto da Câmara para no próximo mandato terem um projeto especial, mas acima de tudo centravam-se no âmbito da Ajuda, com distribuição de sacos a dizer “Eu Compro na Ajuda” e com o cartão “A Minha Ajuda”, também de proximidade com as entidades e com a população aderente. -----

----- Quanto aos abrigos, houve um programa, um orçamento participativo ganho por uma cidadã da Freguesia, 75 mil euros para abrigos de gatos de boa qualidade. Esse processo estava a decorrer e dentro de pouco tempo os abrigos estariam aí. Não fazia sentido pôr abrigos mais económicos e de pior qualidade quando iriam ter abrigos maiores e de melhor qualidade. -----

----- Estava-se a trabalhar com os cuidadores, as relações nessa área não eram propriamente fáceis e a Junta tentava através da sua equipa de bem estar animal. -----

18

----- As rações eram atribuídas pela equipa de bem estar animal, que conhecia bem o território e respondia a essas solicitações, mas se uma pessoa tinha necessidade era uma questão de ir à Junta perceber como fazia o trabalho para integrar a equipa. -----

----- A Animalife também fazia cedência de alimentos. Não era possível entregar todos os alimentos aos muitos voluntários que diariamente alimentavam os gatos de rua, também era importante cumprir alguns critérios, não dar só comida e dar alguma formação, dar algum acompanhamento às pessoas que faziam esse trabalho importante de cuidar dos animais de rua. -----

----- Depois havia a outra parte e aí com a Associação “Animais de Rua” cuidar dos animais em condições. Que os abrigos não enchessem demais e não houvesse demasiados animais por zona, houvesse algum controle na espécie e na quantidade de elementos. -----

----- Disse que a Oficina das Artes tinha de tudo, umas permanentes e que aconteciam diariamente, terapias, ensaio da escola de fado, todos os dias havia atividades. Depois existiam umas pontuais, para as quais o equipamento estava disponível. Teriam que melhorar a divulgação das atividades por zona. A zona era muito importante, as pessoas até gostavam de fazer uma coisa mas se fosse no Caramão se calhar já não iam e pretendiam fazer outra coisa mais perto de casa. -----

----- **Membro Ana Filipa Trem (CDS-PP)** perguntou relativamente à obra na escola básica Manuel Sérgio, se já estava prevista e para quando, se depois as crianças iriam ficar em contentores, como seriam agrupadas. Também sobre a Homero Serpa no Casalinho da Ajuda, saber qual a situação prevista. Falaram sobre a Carta Educativa na possibilidade de modificar a escola e dar outro uso e convidar crianças a frequentar a escola. Era uma escola com boas áreas. -----

----- Gostaria de saber os timings desses projetos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que foi com profunda tristeza que lhes apresentaram o estudo prévio da obra da Manuel Sérgio, não era aquilo que tinham visto da última vez. Já tinham dado parecer positivo a um estudo prévio e agora foi apresentado outro. -----

----- A Manuel Sérgio era a escola que costumavam chamar a “Escola do Vinho Verde”, no cimo da Rua dos Marcos, no meio de Monsanto, com toda aquela zona florestal envolvente e a escola com menos condições para as crianças brincarem, tinha um pedacinho de calçada para poderem brincar. Era um problema, quando foi feita era aquilo mas havia um projeto que rondava os quatro milhões de euros de investimento, o mínimo que se pedia era um espaço digno para as crianças brincarem. -----

----- Daí que a proposta de início, o projeto ao qual deram parecer positivo, a escola expandia a zona de brincadeira para a zona norte, controlável como qualquer espaço de recreio teria que ser. -----

----- O estudo prévio que apresentaram agora ia ao contrário, fazia-se o edifício onde estava mas sem zona de expansão. O que foi dito era que os espaços verdes da CML chumbaram o projeto dessa expansão para a zona do espaço de Monsanto. Isso parecia verdadeiramente inqualificável, todos conheciam escolas noutros países onde eram feitos no meio da floresta mas ali havia Monsanto e as crianças não tinham um sítio onde se pudesse brincar. A proposta até era que o pavimento não fosse impermeabilizado mas que as crianças tivessem um sítio controlado onde pudessem usufruir. -----

----- Não queriam dar um parecer negativo que pusesse em risco não fazer as obras, que eram muito importantes. Falou-se com o Senhor Vereador Diogo Moura sobre o assunto, foi muito sensível a essa problemática e oralmente o que disse era que iriam tentar aproveitar a expansão da zona da casa do guarda. Tinha-lhe respondido que por si

tudo bem, mas custava-lhe ver um investimento que era de todos de quatro milhões de euros numa escola e as crianças continuarem a ter um pedacinho de calçada.-----

----- Havia uma horta urbana em todas as escolas, apoiada pela Junta de Freguesia da Ajuda, que tinha uma pessoa para ir lá ajudar a cuidar da horta junto com as crianças, mas naquela escola havia canteiros, tiveram que se criar canteiros porque não havia espaço para fazer uma horta, ali com Monsanto inteiro. Não estava a dizer construir um edifício, era fazer um recreio onde as crianças pudessem brincar ou fazer uma horta. ----

----- Para si era absolutamente inconcebível e tinha dito ao Senhor Vereador que a sua experiência de quatro anos com os espaços verdes era que com bom senso e bons argumentos e com algum tempo chegavam lá. Sendo Vereador ainda mais competências tinha para conseguir chegar lá mais cedo. Tinha a certeza que iriam chegar a bom porto mas queria partilhar o ponto em que estava. -----

----- Na Homero Serpa não existia orçamentado e tinha ficado preocupado, nem no Orçamento desse ano nem nas plurianuais. Não queria dizer que não viesse a ser orçamentado mas não estava prevista intervenção naquele edifício. Tinha feito essa pergunta na discussão do Orçamento aos vários Vereadores e ficava preocupado porque era uma instituição que merecia.-----

----- Uma das coisas pensadas era ter ali um jardim de infância, uma creche, mas podia ser outro projeto. No anterior mandato diziam que a Carta Educativa estava pronta, uns bons tempos antes de terminar o mandato, mas depois apareceram uns problemas no meio da cidade e não foi para a frente. Entretanto já passou um ano e continuavam sem notícias.-----

----- Era um assunto importante e um dia poderiam até encontrar outro fórum que não fosse a Assembleia para discutirem todos a Carta Educativa na Freguesia da Ajuda porque podia ser muito relevante. -----

----- Só havia escolas primárias na Freguesia, as crianças tinham que sair rapidamente da Freguesia. Havia dois agrupamentos e era mais difícil ter uma estratégia global para toda a Freguesia. Não queria dizer que cada Freguesia tivesse que ter tudo mas valia a pena repensar.-----

----- Tinham outra escola com um potencial enorme e pouco aproveitada, a Marquês. Se calhar havia alguma capacidade para redesenhar o tecido escolar. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, leu e submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE-----

